**Apostila elaborada pelo Professor Pedro Kuhn para estudo do conteúdo de Direito do Trabalho e Processo do Trabalho dentro da preparação para o Concurso do TRT-4 para os Analistas da Área Judiciária com banca FCC e prova já marcada para o dia 31/01/2027.**




Oficial de Justiça Avaliador Federal vinculado ao TRT4 Pedro Kuhn possui graduação em Direito pela UNIRITTER e Pós Graduação em Direito Público pela Faculdade IDC.

Cursou Escola da Magistratura Federal e Escola da Magistratura do Trabalho. Sócio Fundador da Casa do Concurseiro e com ampla experiência em cursos preparatórios para concursos há mais de 15 anos.

Aprovado e nomeado em todos os Concursos Públicos que prestou como, por exemplo, Agente do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, Técnico Judiciário do TRT4, Analista Judiciário do TRT4 (onde desempenhou a Função de Confiança de Assessor de Juiz) desempenhou a função de Analista Judiciário do TRE-RS junto a Secretaria Judiciária Seção de Direitos Políticos quando pediu exoneração por posse em outro cargo inacumulável que é o de Oficial de Justiça Avaliador Federal e que desempenha até hoje. Leciona Direito Eleitoral, Direito Material e Processual do Trabalho, Direito Constitucional, Direito Institucional e Ética no Serviço Público.

*"Sua experiência de Concurseiro será diferente após assistir a uma aula minha"* Palavras do Professor Pedro.



Instagram

**Siga: professor_pedro_kuhn**



## Conteúdos previstos no edital para os Analistas da Área Judiciária

Direito do Trabalho: Dos princípios e fontes do Direito do Trabalho. Dos direitos constitucionais dos trabalhadores (artigo 7º da Constituição Federal de 1988). Da relação de trabalho e da relação de emprego: requisitos e distinção; relações de trabalho lato sensu: trabalho autônomo, trabalho eventual, trabalho temporário e trabalho avulso. Trabalho intermitente: regramento legal; características; peculiaridades. Dos sujeitos do contrato de trabalho stricto sensu: do empregado e do empregador: conceito e caracterização; dos poderes do empregador no contrato de trabalho. Do grupo econômico; da sucessão de empregadores; da responsabilidade solidária e subsidiária. Do contrato individual de trabalho: conceito, classificação e características. Da alteração do contrato de trabalho: alteração unilateral e bilateral; o jus variandi. Da suspensão e interrupção do contrato de trabalho: caracterização e distinção. Da rescisão do contrato de trabalho: das justas causas; da despedida indireta; da dispensa arbitrária; da rescisão por acordo mútuo; da despedida coletiva; da culpa recíproca; da indenização. Do aviso prévio. Prazo do aviso prévio. Da estabilidade e das garantias provisórias de emprego: das formas de estabilidade; da despedida e da reintegração de empregado estável. Da duração do trabalho; da jornada de trabalho; dos períodos de descanso; do intervalo para repouso e alimentação; do descanso semanal remunerado; do trabalho noturno e do trabalho extraordinário; do sistema de compensação de horas. Do salário mínimo: irredutibilidade e garantia. Das férias: do direito a férias e da sua duração; da concessão e da época das férias; da remuneração e do abono de férias. Do salário e da remuneração: conceito e distinções; composição do salário; modalidades de salário; formas e meios de pagamento do salário; 13º salário. Da equiparação salarial: hipóteses ensejadoras e forma de aferição; do princípio da igualdade de salário; do desvio de função. Da arbitragem. Do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Da prescrição e decadência. Da segurança e medicina no trabalho: da CIPA; das atividades insalubres ou perigosas. Da proteção ao trabalho da mulher, da gestante e do menor. Da estabilidade da gestante; da licença-maternidade. Do direito coletivo do trabalho: da liberdade sindical (Convenção nº 87 da OIT); da organização sindical: conceito de categoria; categoria diferenciada; das convenções e dos acordos coletivos de trabalho. Do direito de greve; dos serviços essenciais. Das comissões de Conciliação Prévia. Da renúncia e transação. Do teletrabalho (Lei nº 13.467/2017). Dano moral e material nas relações de trabalho. Precedentes vinculantes (IRDR e IAC). Súmulas e Orientações da Jurisprudência uniformizada do Tribunal Superior do Trabalho sobre Direito do Trabalho. Súmulas Vinculantes do Supremo Tribunal Federal relativas ao Direito do Trabalho. Instruções e atos Normativos do TST em matéria de Direito do Trabalho. Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017). Teses de Repercussão Geral do STF em matéria trabalhista.

Direito Processual do Trabalho: Da Justiça do Trabalho: organização e competência. Das Varas do Trabalho, dos Tribunais Regionais do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho: jurisdição e competência. Dos serviços auxiliares da Justiça do Trabalho: das secretarias das Varas do Trabalho; dos distribuidores; dos oficiais de justiça avaliadores. Dos Peritos Judiciais: responsabilidade pelos honorários periciais, Gratuidade de Justiça. Do Ministério Público do Trabalho: organização. Do processo judiciário do trabalho: princípios gerais do processo trabalhista (aplicação subsidiária do CPC). Prescrição e decadência. Prescrição intercorrente. Dos atos, termos e prazos processuais. Da distribuição. Do valor da causa no Processo do Trabalho; Das custas e emolumentos. Custas e emolumentos para a Fazenda Pública. Hipóteses de

isenção. Das partes e procuradores; do jus postulandi; da substituição e representação processuais. Da representação da massa falida e das empresas em Recuperação judicial. Do litisconsórcio no Processo do Trabalho; da assistência judiciária; dos honorários de advogado: sucumbenciais e honorários contratados. Das nulidades e das exceções: hipóteses ensejadoras, prazo e forma de arguição. Das audiências: de conciliação, de instrução e de julgamento; da notificação das partes; do arquivamento do processo; da revelia e confissão. Das provas. Dos dissídios individuais: da forma de reclamação e notificação; da reclamação escrita e verbal; da legitimidade para ajuizar. Do procedimento ordinário e sumaríssimo. Dos procedimentos especiais: inquérito para apuração de falta grave, ação rescisória e mandado de segurança. Da ação civil pública. Da sentença e da coisa julgada; da liquidação da sentença: por cálculo, por artigos e por arbitramento. Dos dissídios coletivos: extensão, cumprimento e revisão da sentença normativa. Da execução: execução provisória; execução por prestações sucessivas; execução contra a Fazenda Pública; execução contra a massa falida. Do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica. Da citação; do depósito da condenação e da nomeação de bens. Garantias na execução. Seguro-fiança e seguro-garantia; do mandado e da penhora; dos bens penhoráveis e impenhoráveis; da impenhorabilidade do bem de família (Lei nº 8.009/1990 e alterações). Dos embargos à execução; da impugnação à sentença; dos embargos de terceiros. Da praça e leilão; da arrematação; das custas na execução. Dos recursos no processo do trabalho. Normas atinentes ao Processo Judicial Eletrônico; Lei nº 13.467/2017 (Reforma Trabalhista). Uniformização de jurisprudência à luz do CPC e sua aplicação ao processo do trabalho. Precedentes Obrigatórios (IAC e IRDR). Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST em matéria de Direito Processual do Trabalho; Instruções Normativas e Atos em Geral do TST em matéria de Direito Processual do Trabalho. Súmulas Vinculantes do Supremo Tribunal Federal relativas ao Direito Processual do Trabalho. Teses de Repercussão Geral do STF em matéria afeta ao processo do trabalho; Protocolos para atuação e julgamento na Justiça do Trabalho.

# SUMÁRIO

Dos princípios e fontes do Direito do Trabalho.....página 10

Dos Órgãos e da Competência da Justiça do Trabalho (Artigos 111 a 116 da Constituição Federal ..... página 12

Dos Direitos Sociais (Artigos 6 a 11 da Constituição Federal)..... página 17

Da Introdução a CLT (Artigos 1 a 11-A) .....página 29

Dos Poderes do Empregador no Contrato de Trabalho..... página 36

Relações de Trabalho *Lato sensu* ..... página 37

Da Duração do Trabalho (Artigos 57 a 65)..... página 40

Dos períodos de descanso (Artigos 66 a 72)..... página 45

Do Trabalho Noturno (Artigo 73) ..... página 47

Do Quadro de Horário (Artigos 74 a 75)..... página 48

Do Teletrabalho (Artigos 75-A a a 75-F)..... página 49

Do salário mínimo (Artigos 76 a 126)..... página 51

Das Férias anuais – Direito a férias e sua duração (Artigos 129 a 133)..... página 53

Da Concessão e da época das Férias (Artigos 134 a 138)..... página 54

Das férias coletivas (Artigos 139 a 141)..... página 56

Da Remuneração e do abono de férias (Artigos 142 a 145)..... página 57

Dos Efeitos da Cessação do Contrato de Trabalho (Artigos 146 a 149) ..... página 58

Da Segurança e da Medicina do Trabalho – disposições gerais (Artigos 154 a 161) ... página 58

Dos Órgãos de Segurança e de Medicina do Trabalho nas Empresas (Artigos 162 a 165)..... página 60

Dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) ..... página 61

Das Atividades Insalubres ou Perigosas (Artigos 189 a 197) ..... página 61

Da Prevenção da Fadiga (Artigos 198 a 199) ..... página 63

Das Outras Medidas Especiais de Proteção (Artigos 200 a 201) ..... página 63

Do Dano Extrapatrimonial (Artigos 223-A a 223-G) ..... página 64

Da Proteção do Trabalho da Mulher – Da duração, condições do trabalho e da discriminação contra a mulher (Artigos 372 a 390) ..... página 66

Da Proteção a maternidade (Artigos 391 a 401) ..... página 69

Da Proteção do Trabalho do Menor – Disposições Gerais (Artigos 402 a 423) ..... página 73

Dos Deveres dos Responsáveis Legais de Menores e dos Empregadores da Aprendizagem (Artigos 424 a 441) ..... página 76

Do Contrato Individual do Trabalho – Disposições Gerais (Artigos 442 a 456-A) ..... página 81

Gratificação Natalina (13º salário) ..... página 86

Da Remuneração (Artigos 457 a 467)..... página 89

Da Alteração (Artigos 468 a 470)..... página 95

Da Suspensão e da interrupção (Artigos 471 a 476)..... página 97

Da Rescisão (Artigos 477 a 486)..... página 102

Do Aviso prévio (Artigos 487 a 491)..... página 110

Da Estabilidade (Artigos 492 a 500) ..... página 115

Da Força Maior (Artigos 501 a 504) ..... página 117

Disposições especiais (Artigos 505 a 510)..... página 118

Da Representação dos Empregados (Artigos 510-A a 510-D)..... página 118

Da Organização Sindical (Artigos 511 a 610)..... página 120

Das Convenções Coletivas de Trabalho (Artigos 611 a 625) ..... página 145

Das Comissões de Conciliação Prévia (Artigos 625-A a 625-H)..... página 151

Da Justiça do Trabalho - Introdução (Artigos 643 a 646)..... página 152

Das Juntas de Conciliação e Julgamento (Artigos 647 a 649)..... página 153

Jurisdição e Competência das Juntas (Artigos 650 a 653) ..... páginas 153

Dos Presidentes das Juntas (Artigos 654 a 659)..... página 154

Dos Vogais das Juntas (Artigos 660 a 667)..... página 156

Dos Juízes de Direito (Artigos 668 a 669)..... página 157

Dos Tribunais Regionais do Trabalho – da Composição e do Funcionamento (Artigos 670 a 673)..... página 158

Da Jurisdição e Competência (Artigos 674 a 680)..... página 159

Dos Presidentes dos Tribunais Regionais (Artigos 681 a 683) ..... página 160

Dos Juízes Representantes Classistas dos Tribunais Regionais (Artigos 684 a 689).... página 161

Do Tribunal Superior do Trabalho – Disposições Preliminares (Artigos 690 a 692).... página 162

Da Composição e Funcionamento do Tribunal Superior do Trabalho (Artigos 693 a 701) .....página 162

Dos Serviços Auxiliares da Justiça do Trabalho – da Secretaria e das Juntas de Conciliação e Julgamento (Artigos 710 a 712)..... página 163

Dos Distribuidores (Artigos 713 a 715)..... página 164

Do Cartório dos Juízos de Direito (Artigos 716 e 717)..... página 164

Das Secretarias dos Tribunais Regionais (Artigos 718 a 721)..... página 164

Dos Oficiais de Diligência (Artigo 721)..... página 165

Do Ministério Público do Trabalho – Disposições gerais (Artigos 736 a 739)..... página 166

Da Procuradoria da Justiça do Trabalho – Da Organização (Artigos 740 a 745)..... página 166

Da Competência da Procuradoria-geral (Artigo 746)..... página 167

Da Competência das Procuradorias Regionais (Artigo 747)..... página 168

Das Atribuições do Procurador-geral (Artigo 748)..... página 168

Das atribuições dos Procuradores(Artigo 749)..... página 169

Das atribuições dos Procuradores Regionais (Artigos 750 a 751)..... página 169

Da Secretaria (Artigos 752 a 754)..... página 169

Da Procuradoria de Previdência Social – Da Organização (Artigos 755 a 756) ..... página 170

Da Competência da Procuradoria (Artigo 757)..... página 170

Das atribuições do Procurador-Geral (Artigo 758)..... página 171

Da atribuições dos Procuradores (Artigo 759)..... página 171

Da Secretaria (Artigos 760 a 762)..... página 171

Do Processo Judiciário do Trabalho - Disposições Preliminares (Artigos 763 a 769) . página 172

Dos Atos, termos e prazos processuais (Artigos 770 a 782)..... página 172

Da Distribuição (Artigos 783 a 788)..... página 175

Das Custas e emolumentos (Artigos 789 a 790) ..... página 175

Das partes e procuradores (Artigos 791 a 793)..... página 179

Da responsabilidade por dano processual (Artigos 793-A a 793-D)..... página 181

Das Nulidades (Artigos 794 a 798)..... página 182

Das Exceções (Artigos 799 a 802)..... página 183

Dos Conflitos de Jurisdição (Artigos 803 a 812)..... página 185

Das Audiências (Artigos 813 a 817)..... página 187

Das Provas (Artigos 818 a 830)..... página 188

Da decisão e sua eficácia (Artigos 831 a 835)..... página 190

Dos Dissídios Individuais – da forma de reclamação e da notificação (Artigos 837 a 842)..... página 192

Da Audiência de Julgamento (Artigos 843 a 852)..... página 193

Do Procedimento sumaríssimo (Artigos 852-A a 851-I)..... página 196

Do Inquérito para apuração de falta grave ..... página 199

Do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica (Artigo 855-A)..... página 199

Do Processo de Jurisdição Voluntária para homologação de acordo extrajudicial (Artigos 855-B a 855-E)..... página 201

Dos Dissídios Coletivos – Da Instauração de Instância (Artigos 856 a 859)..... página 202

Da Conciliação e do Julgamento (Artigos 860 a 867)..... página 203

Da Extensão das Decisões (Artigos 868 a 867)..... página 204

Do Cumprimento das Decisões (Artigo 872)..... página 205

Da Revisão (Artigos 873 a 875)..... página 205

Da Execução – Das Disposições Preliminares (Artigos 876 a 879)..... página 206

Do Mandado de Penhora (Artigos 880 a 883-A)..... página 208

Dos Embargos à execução e da sua impugnação (Artigo 884)..... página 209

Do Julgamento e dos trâmites finais da execução (Artigos 885 a 889)..... página 210

Da Execução por Prestações Sucessivas (Artigos 890 a 892)..... página 211

Dos Recursos (Artigos 893 a 901)..... página 212

Da Prescrição e da Decadência..... página 220

Renúncia e Transação..... página 222

Do FGTS (Lei 8.036/90)..... página 225

Do Seguro Fiança e do Seguro Garantia .....página 258

Dos Embargos de Terceiro ..... página 259

Princípios específicos do Processo do Trabalho ..... página 264

Lei 8.009/1990 – Impenhorabilidade do bem de família ..... página 268

Convenção 87 da OIT..... página 272

Lei 7.783/89 – Direito de Greve .....página 279

Súmulas Vinculantes do STF..... página 285

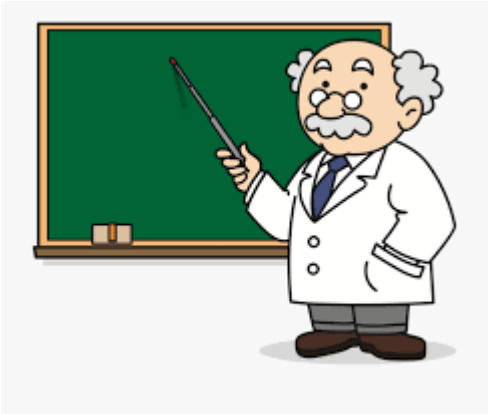
Súmulas do TST..... página 292

Orientações Jurisprudenciais da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais ..página 382

Orientações Jurisprudenciais da Subseção I Especializada em Dissídios Individuais transitória ..... página 420

Orientações Jurisprudenciais da Subseção II Especializada em Dissídios Individuais .página 435

**VAMOS INICIAR NOSSOS ESTUDOS!!**



## PRINCÍPIOS E FONTES DO DIREITO DO TRABALHO

**FONTES MATERIAIS:** É o momento anterior à lei, é a pressão exercida pelos trabalhadores em busca de melhores e novas condições de trabalho. Ex: Greves

**FONTES FORMAIS:** É o momento jurídico, é a regra plenamente materializada, é a norma já construída.

As fontes formais se subdividem em:

A) **FONTES HETERÔNOMAS:** Fontes criadas por agente externo, um terceiro, geralmente o Estado, sem a participação imediata dos interessados: exs: Constituição Federal, Emendas a Constituição, Leis (complementar e ordinária), Medida Provisória, Decreto, Súmulas vinculantes do STF.

B) **FONTES AUTÔNOMAS:** Fontes criadas com a imediata participação dos destinatários das regras produzidas (trabalhadores) sem interferência de agente externo: exs: convenções coletivas de trabalho, acordo coletivo de trabalho e costume.

**HIERARQUIA DAS FONTES:**

1. Constituição;
2. Emendas à Constituição;
3. Lei complementar e ordinária;
4. decretos;
5. sentenças normativas e sentenças arbitrais em dissídios coletivos;
6. convenção coletiva;
7. acordos coletivos;
8. costumes



**FIM!!!! VOCÊ VENCEU O CONTEÚDO!!! VOCÊ É MERECEDOR E COM CERTEZA ACERTARÁ TODAS AS QUESTÕES DESTA MATÉRIA!!!! Mas não esqueça de seguir exatamente nosso método, inclusive com as tarefas, mesmo que seja a tarefa mais simples, como comprar uma caneta ou conversar com alguém!**



**Segue uma oração em vídeo para a véspera de sua prova!**

https://www.youtube.com/watch?v=cQRlNEAl0H0&t=20s

"E, tudo o que pedirdes em oração, crendo, o recebereis." (Matheus. 21:22)

Deus te abençoe.